



Demonstrações Financeiras

“Carve-Out”

Estrada de Ferro Vitória a Minas

31 de dezembro de 2018



Estrada de Ferro Vitória a Minas
Demonstrações Financeiras “Carve-out”
Em 31 de Dezembro de 2018

	Página
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras “carve-out”	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras “carve-out”	8



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"

Aos Administradores e Acionistas da
Vale S.A
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" da Estrada de Ferro Vitória a Minas ("Ferrovia") da Vale S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do resultado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Estrada de Ferro Vitória a Minas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Critérios de rateio e alocação das demonstrações financeiras "Carve-out"

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras "carve-out" que descreve os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Esta também destaca que as demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir com os requisitos descritos no parágrafo "Restrição sobre uso e distribuição". Consequentemente, essas demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Ferrovia como uma entidade jurídica. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Evento Subsequente

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras “carve-out”, que descreve o evento do rompimento da barragem de Brumadinho ocorrido nas instalações operacionais da Companhia, em 25 de janeiro de 2019. Pela avaliação da Administração da Companhia, o evento não se refere a uma condição existente na data das demonstrações financeiras e portanto, não origina ajustes nos valores contábeis reconhecidos em 31 de dezembro de 2018. Os valores divulgados na nota explicativa relacionados a este evento foram baseados nas melhores estimativas da Administração, porém, no estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros, não é possível mensurar de forma confiável todos os potenciais custos que a Companhia poderá incorrer para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Restrição sobre uso e distribuição

Estas demonstrações financeiras “carve-out” foram preparadas com o propósito de auxiliar a Companhia com o cumprimento dos requisitos do “Termo de Compromisso” e seu respectivo termo aditivo firmado entre a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nossa relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação dos administradores da Vale S.A. e da ANTT e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não a Vale S.A. e a ANTT.

Responsabilidades da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as bases de elaboração descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras “carve-out” livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras “carve-out”, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Ferrovia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Ferrovia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras “carve-out”, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras “carve-out”.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras “carve-out”, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Ferrovia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Ferrovia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Ferrovia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras “carve out”, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo			
Circulante			
Partes relacionadas	15	54.315	28.589
Almoxarifado	2(d)	73.918	72.317
Outros		4.252	16.332
		132.485	117.238
Não circulante			
Partes relacionadas	15	6.528.955	5.987.838
Tributos a recuperar	6	95.929	35.646
Depósitos judiciais	7	461.355	515.769
		7.086.239	6.539.253
Intangível	4	2.758.761	2.607.422
Imobilizado	5	2.701.964	2.787.433
		5.460.724	5.394.855
Total do ativo		12.679.448	12.051.346
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e empreiteiros	2 (h)	259.257	149.791
Obrigações sociais e tributárias	6	1.909.354	1.715.109
Partes relacionadas	15	31.893	-
Dividendos a pagar	10 (c)	46.553	155.903
		2.247.057	2.020.803
Não circulante			
Provisões para processos judiciais	7	562.861	705.742
Provisão para RFFSA	8	2.988.743	2.593.475
		3.551.604	3.299.217
Total do passivo		5.798.661	5.320.020
Patrimônio líquido	10		
Contribuição de capital		4.511.543	4.511.543
Resultados acumulados		2.369.244	2.219.783
Total do patrimônio líquido		6.880.787	6.731.326
Total do passivo e patrimônio líquido		12.679.448	12.051.346

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras “carve-out”.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Receita de serviços, líquida	11	2.194.414	2.566.848
Custos dos serviços prestados	12(a)	(1.942.924)	(1.814.114)
Lucro bruto		251.490	752.734
Despesas operacionais			
Com vendas e administrativas	12(b)	(22.793)	(23.024)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	12(c)	66.300	26.847
		43.507	3.823
Lucro operacional		294.997	756.557
Resultado financeiro	13	1.994	238.041
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		296.991	994.598
Tributos sobre o lucro	9		
Imposto de renda		(74.248)	(248.649)
Contribuição social		(26.729)	(89.515)
		(100.977)	(338.164)
Lucro líquido do período		196.014	656.434

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras “carve-out”.

1. Contexto operacional

A Estrada de Ferro Vitória a Minas (a "Ferrovia" ou "EFVM") compreende uma ferrovia de 905 quilômetros, que interliga as minas de Itabira no Estado de Minas Gerais ao porto de Tubarão em Vitória - Espírito Santo, onde se localiza o seu controle operacional. A Ferrovia não é uma entidade jurídica independente e seus registros contábeis são oriundos dos sistemas integrados corporativos de contabilidade da Vale S.A. ("Vale" ou a "Companhia"), por meio de centros de lucros e de custos da operação da Ferrovia.

A Ferrovia é substancialmente utilizada para o escoamento dos minérios extraídos e beneficiados pela Vale provenientes das suas próprias minas. A Ferrovia também efetua transportes de minério de ferro, pelotas e outras cargas para terceiros (tais como aço, carvão, veículos e combustíveis), além do transporte de passageiros.

De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, a Ferrovia transportou 110.438 mil TU toneladas de produtos (117.942 mil TU em 2017) e 1.100 mil passageiros (942 mil em 2017).

2. Sumário das principais práticas contábeis

a) Base de apresentação e preparação

Estas demonstrações financeiras “carve-out” representam as operações ferroviárias da Vale para a Ferrovia Vitória a Minas e foram preparadas com base nos registros contábeis da Ferrovia, os quais são controlados e operados por meio de centros de lucros e de custos pela controladora da Vale.

Esses registros contábeis foram preparados considerando o custo histórico como base de valor e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e combinados com critérios estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado em 13 de novembro de 2006 e respectivo termo aditivo datado de 10 de junho de 2008 com a União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e a Companhia; adequando-se a Resolução nº 1.771, publicada em 26 de dezembro de 2006, que instituiu o manual de contabilidade do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros e suas revisões conforme Resoluções nº 2.507, publicada em 21 de dezembro de 2007 e nº3847, publicada em 26 de junho de 2013.

Estas informações financeiras intermediárias “carve-out” contemplam somente balanço patrimonial e demonstração do resultado conforme requerido pelo “Termo de Compromisso” mencionado acima.

As principais práticas contábeis e critérios utilizados na preparação destas informações financeiras intermediárias “carve-out” são como segue:

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia são mensuradas e apresentadas em Real (“R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Ferrovia atua. As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, como despesa ou receita financeira.

c) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A Ferrovia classifica seus ativos e passivos como circulantes quando espera realizar os ativos e liquidar os passivos em até doze meses após a data do relatório.

d) Almoxarifado

O almoxarifado é composto de materiais de consumo e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e, quando aplicável, uma estimativa de perdas com materiais obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida. Não há provisões para ajuste a valor de realização.

e) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia possui concessão para explorar bens de ferrovias por um período de tempo determinado. Os bens reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos intangíveis e amortizados pelas vidas úteis dos bens, definida na Resolução nº 4.540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a seguir:

Ativo Intangível	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

f) Imobilizado

Os bens não reversíveis ao poder concedente ao final da concessão são classificados como ativos imobilizados e reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos imobilizados são depreciados com base nas vidas úteis dos bens definidas na Resolução nº 4540 de 19 de dezembro de 2014 emitida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme a seguir:

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados seguindo o mesmo critério acima.

Ativo Imobilizado	Vida útil
Imóveis	25 anos
Instalações	10 anos
Equipamentos	5 anos a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Locomotivas	12 anos a 25 anos
Vagões	33 anos
Equipamentos ferroviários	10 anos
Outros	10 anos a 20 anos

g) Redução do valor recuperável de ativos (“*Impairment*”)

Os ativos não financeiros são avaliados para fins de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação (“FVLCD”) e o seu valor em uso (“VIU”).

O FVLCD é geralmente determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso contínuo do ativo sob a perspectiva de um participante do mercado, incluindo quaisquer perspectivas de expansão. O VIU é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera pelo uso contínuo do ativo em suas condições atuais, sem levar em consideração desenvolvimentos futuros. Essas premissas são diferentes das utilizadas no cálculo do valor justo e, consequentemente, o cálculo do valor em uso provavelmente dará um resultado diferente do cálculo do FVLCD.

Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de impairment.

Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados no menor nível em que existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há registro de impairment de ativos nas demonstrações financeiras “carve-out” da Ferrovia.

h) Fornecedores e empreiteiros

As contas a pagar a fornecedores e empreiteiros são obrigações a pagar por bens que foram adquiridas no curso normal dos negócios. Estas são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro 2018 o saldo em aberto com fornecedores e empreiteiros era de R\$ 259.257 (R\$ 149.791 em 31 de dezembro de 2017).

i) Obrigações sociais e tributárias

Os pagamentos de benefícios tais como salário, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. As obrigações tributárias representam o recolhimento de Impostos sobre a circulação de mercadoria e serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS proveniente das receitas da companhia, bem como imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

j) Provisões

(i) Provisão para processos judiciais

A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Ferrovia. A provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

(ii) RFFSA

A provisão refere-se a discussões de investimentos realizados pela ferrovia em discussão com a Rede Ferroviária Federal S/A ("RFFSA"). As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k) Classificação dos instrumentos financeiros

A Ferrovia classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. O teste do modelo de negócios determina a classificação com base no propósito comercial de se manter o ativo e se os fluxos de caixa contratuais representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. A Ferrovia possui apenas instrumentos financeiros classificados como "custo amortizado", uma vez que esses instrumentos financeiros são mantidos para coletar seus fluxos de caixa e representam apenas pagamentos de principal e juros.

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

A Ferrovia avalia a cada data de apresentação de suas demonstrações financeiras o risco de inadimplência dos ativos financeiros classificados ao custo amortizado em comparação ao seu reconhecimento inicial, e as perdas estimadas para risco de inadimplência são atualizadas e reconhecidas, quando aplicável, baseadas no modelo geral. Como exceção ao modelo geral, para o contas a receber a Ferrovia adotou a abordagem simplificada e estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

l) Receita de serviços

A receita de carga geral e de passageiros é reconhecida quando a Ferrovia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes aos serviços prestados. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Ferrovia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

Para a receita de transporte próprio, a Vale apropriou à Ferrovia uma receita com base em preço de transferência para o minério próprio transportado, conforme critérios estabelecidos no "Termo de Compromisso" e no aditivo datado de 10 de junho de 2008.

m) Impostos incidentes sobre receita de transporte próprio

A partir de 1º de janeiro de 2008, PIS, COFINS e ICMS passaram a ser reconhecidos sobre a receita de transporte próprio, conforme cláusula terceira, letra "f", do primeiro termo aditivo ao "Termo de Compromisso" datado de 10 de junho de 2008.

n) Despesas administrativas do centro corporativo

Os lançamentos das despesas administrativas foram alocados com base na prestação de serviços compartilhados entre áreas e no consumo de materiais, calculados por transação e pelo regime de competência.

A despesa administrativa remanescente e comum a Ferrovia e a Vale que não permite identificação do direcionador de custo na forma do parágrafo acima poderá a juízo da Companhia, ser lançada pelo regime de competência e por critério de rateio em contas correlatas de despesas administrativas da Ferrovia, tendo como base o número de empregados da Ferrovia em relação ao número total de empregados da Vale.

Tais lançamentos são correspondentes ao percentual de 2,5% das despesas administrativas da Companhia.

o) Outras despesas e receitas operacionais

Conforme determinado no "Termo de Compromisso e respectivo termo aditivo", o saldo de outras despesas/receitas operacionais quando identificadas serão alocados diretamente à Ferrovia.

p) Tributos corrente e diferido sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado de cada período. Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a provisão para o imposto de renda foi calculada com base na alíquota de 34% sobre o lucro.

q) Partes relacionadas

No curso normal das operações a Ferrovia contrai direitos e obrigações com partes relacionadas, decorrentes de operações de compra e venda de serviços (Nota Explicativa nº2I) de transporte ferroviário.

Adicionalmente a Ferrovia dispõe de recursos financeiros (disponibilidades) junto a Vale, os quais são utilizados para financiar suas operações e realizar os investimentos necessários. Conforme determinado no "Termo de Compromisso" e respectivo termo aditivo, o saldo da "nova" conta de "disponibilidades", denominada partes relacionadas nesta demonstração financeira "carve-out", criada para registrar a movimentação das disponibilidades, inclusive as decorrentes do transporte de minério próprio, quando for devedor, será remunerado ao final de cada mês com base na forma dos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas e a contrapartida na conta "receitas financeiras". Quando o saldo for credor será transferido para passivo e a Ferrovia remunerará a Vale ao final de cada mês com base na taxa média dos empréstimos obtidos pela Companhia com contrapartida na conta de despesas financeiras.

3) Rompimento da barragem de Brumadinho

Em 25 de janeiro de 2019 (evento subsequente), ocorreu o rompimento da Barragem I da Mina do Córrego do Feijão, que pertence ao Complexo Paraopebas no Sistema Sul, localizada em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil ("Barragem de Brumadinho"). Essa barragem estava inativa desde 2016 (sem descarte adicional de rejeitos) e não havia nenhuma outra atividade operacional na barragem.

Devido ao rompimento, 306 pessoas perderam suas vidas ou estão desaparecidas e ecossistemas foram afetados. Aproximadamente 11,7 milhões de toneladas de resíduos de minério de ferro estavam depositados na Barragem de Brumadinho. Ainda não se sabe o exato volume que saiu da estrutura por ocasião de seu rompimento. Os rejeitos percorreram cerca de 270 km de extensão, destruindo instalações da Vale, afetando as comunidades locais e causando impactos ao meio ambiente. O rio Paraopeba e seus ecossistemas também foram impactados pelo evento.

A Vale não vem poupando esforços ao amparo das vítimas e à mitigação e reparação dos danos, sociais e ambientais, decorrentes do rompimento. A Vale proporcionou esse suporte mediante diversas frentes de ação, todas com o objetivo de assegurar toda a assistência humanitária necessária aos afetados.

Para apurar as causas do ocorrido, a Vale contratou um painel de especialistas independentes. Além disso, a Vale também estabeleceu três Comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário para dar suporte ao Conselho de Administração, que são compostos por membros independentes, não relacionados com a administração ou as operações da Vale, para garantir que as iniciativas e ações dos comitês sejam imparciais. Os comitês estão relacionados a seguir:

(i) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apuração ("CIAEA"), dedicado à investigação das causas e responsabilidades pelo rompimento da Barragem de Brumadinho;

(ii) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Apoio e Reparação (“CIAEAR”), dedicado ao acompanhamento das medidas tomadas para o suporte e reparação dos atingidos e recuperação das áreas afetadas pelo rompimento da Barragem de Brumadinho, assegurando que todos os recursos necessários serão aplicados; e

(iii) O Comitê Independente de Assessoramento Extraordinário de Segurança de Barragens (“CIAESB”), dedicado a assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas ao diagnóstico das condições de segurança, gerenciamento e mitigação de risco relacionados às barragens de minério da Vale, bem como recomendará medidas a serem tomadas para reforçar as condições de segurança das barragens utilizadas pela Vale.

Adicionalmente, a Vale determinou a suspensão (i) da remuneração variável de seus executivos; (ii) da Política de Remuneração aos Acionistas e (iii) de qualquer outra deliberação relacionada à recompra de ações.

a) Impactos financeiros decorrentes do rompimento da barragem

A Vale concluiu com base nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS que o rompimento da barragem e os desdobramentos subsequentes representam, para fins dessas demonstrações financeiras, um evento subsequente que não origina ajustes nas demonstrações financeiras elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Portanto, todos os impactos contábeis serão refletidos em 2019.

No atual estágio das investigações, nas avaliações das causas e possíveis ações de terceiros, não é possível mensurar de forma confiável todos os potenciais custos que a Vale poderá incorrer para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. Os valores divulgados levam em consideração as melhores estimativas da administração da Vale.

b) Paradas de operação e descaracterização de barragens a montante

Em 29 de janeiro de 2019, a Vale formalizou ao mercado e às autoridades brasileiras sua intenção de acelerar o plano de descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos de mineração construídas pelo método de alteamento a montante (o mesmo método da Barragem de Brumadinho) existentes no Brasil. A descaracterização significa que a estrutura será desmobilizada e não terá mais suas características operacionais originais.

A Vale está trabalhando na elaboração dos respectivos projetos de descaracterização das barragens a montante que, após concluídos, serão submetidos para aprovação das autoridades competentes, de acordo com os regulamentos e requerimentos legais.

Os planos para o descomissionamento dessas barragens até então eram baseados em métodos que asseguravam a estabilidade física e química das estruturas, sem necessariamente prever, em todos os casos, a retirada e processamentos dos rejeitos existentes. Após o evento, a Vale está trabalhando em um plano detalhado de engenharia individual para cada uma dessas barragens que irá permitir a descaracterização total das mesmas. Até o presente momento não é possível definir os custos a serem incorridos nessas descaracterizações e assim que uma nova estimativa concreta seja definida, a Vale divulgará e reconhecerá a obrigação em 2019.

Para realizar com segurança a descaracterização das barragens, a Vale paralisou temporariamente a produção das unidades onde as estruturas de barragem a montante estão localizadas, medida já adotada em algumas Minas, conforme comunicado ao mercado. A paralisação resultará numa potencial perda aproximada de produção de 40 milhões de toneladas de minério de ferro, quando todas as operações estiverem paralisadas.

Adicionalmente, a Vale possui outras operações que estão temporariamente suspensas devido a decisões judiciais ou análises técnicas realizadas pela Vale nas barragens, o que representa uma potencial redução nas vendas de 52,8 milhões de toneladas de minério de ferro. A Vale está trabalhando em medidas legais e técnicas para retomar essas operações.

Em decorrência do rompimento da Barragem de Brumadinho e revisão de critérios de segurança das demais barragens na região de Minas Gerais, pessoas foram realocadas quando necessário em moradias provisórias, hotéis e pousadas.

c) Acordos, contingências e outras questões legais

A Vale vem trabalhando junto às autoridades competentes e com a sociedade para reparar os impactos ambientais e sociais decorrentes do evento. Nesse sentido, a Vale realizou negociações e celebrou acordos com as autoridades competentes, bem como com pessoas afetadas pelo evento.

A Vale está sujeita a contingências significativas em razão do rompimento da Barragem de Brumadinho. A Vale já é parte em diversas investigações e processos judiciais e administrativos movidos por autoridades e pessoas afetadas. Novos processos são esperados. A Vale ainda está avaliando essas contingências e realizará provisões, com base nas evoluções desses processos. Devido ao estágio preliminar das investigações e processos, não é possível determinar um conjunto de resultados ou estimativas confiáveis da exposição potencial relacionada ao rompimento da barragem neste momento.

As demonstrações financeiras da Sociedade não estão sujeitas aos passivos e obrigações potenciais que podem ser originados em consequência do evento.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das Informações Financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas Informações Financeiras estão assim apresentadas:

a) Impairment

A Companhia testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) e intangíveis (anualmente) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

b) Processos judiciais

As provisões para processos judiciais são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

4. Intangível

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Vida útil definida						
Concessões	4.018.586	(1.259.826)	2.758.761	3.849.256	(1.241.834)	2.607.422
Total	4.018.586	(1.259.826)	2.758.761	3.849.256	(1.241.834)	2.607.422

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos intangíveis ocorridas no período:

	Concessões
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.519.344
Adições	74.635
Amortização	21.463
Baixas	(8.020)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.607.422
Adições	287.597
Amortização	(119.406)
Baixas	(16.852)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.758.761

5. Imobilizado

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações	38.845	(17.304)	21.541	1.493.254	(631.374)	861.880
Instalações	911.160	(459.432)	451.727	1.822.290	(599.011)	1.223.279
Equipamentos	512.916	(333.135)	179.782	475.052	(259.186)	215.866
Outros	3.590.164	(1.789.578)	1.800.586	762.849	(453.367)	309.482
Imobilizado em curso	248.328	-	248.328	176.926	-	176.926
	5.301.413	(2.599.449)	2.701.964	4.730.371	(1.942.938)	2.787.433

Abaixo, demonstramos as movimentações dos ativos imobilizados ocorridas no período:

	Edificações	Instalações	Equipamentos	Outros	Imobilizações em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	767.664	1.226.645	225.245	593.117	68.583	2.881.254
Adição por aquisição	-	-	-	-	336.665	336.665
Baixas por alienação/ AJ. Centro de Lucro	(11.643)	-	(469)	(17.672)	(21.455)	(51.239)
Depreciação e amortização	(82.913)	(62.617)	(42.706)	(191.011)	-	379.247)
Transferências	188.772	59.251	33.796	(74.952)	(206.867)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	861.880	1.223.279	215.866	309.482	176.926	2.787.433
Adição por aquisição	-	-	-	-	428.957	428.957
Baixas por alienação/ AJ. Centro de Lucro	(17.800)	(7.843)	(228)	(24.218)	1.665	(48.424)
Depreciação e amortização	(46.823)	(194.975)	(53.727)	(170.477)	-	(466.003)
Transferências	(775.715)	(568.734)	17.871	1.685.799	(359.220)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	21.541	451.727	179.782	1.800.586	248.328	2.701.964

6. Tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias

Abaixo, demonstramos a composição dos tributos a recuperar, obrigações sociais e tributárias:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo		
ICMS	95.929	35.646
	95.929	35.646
Passivo		
Obrigações sociais	214.595	142.583
PIS	12.994	27.565
COFINS	348.002	415.354
ISS	2.246	1.952
IRPJ	760.363	686.115
CSLL	278.534	251.805
Outras	292.620	189.735
Total	1.909.354	1.715.109

7. Provisões para processos judiciais

A Ferrovia é parte envolvida em ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental, as quais estão sendo discutidas tanto na esfera administrativa quanto na judicial, sendo amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião da diretoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos.

As variações dos processos judiciais são os seguintes:

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.938	47.193	651.272	3.339	705.742
Adições / reversões	1.675	3.177	(13.894)	234	(8.809)
Pagamento		(2.910)	(109.396)	(434)	(112.740)
Atualizações monetárias	2.268	(5.021)	(18.465)	(113)	(21.332)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.881	42.438	509.517	3.026	562.861

	Provisões tributárias	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Provisões ambientais	Total de passivos provisionados
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.880	42.910	628.442	3.346	678.578
Adições / reversões	159	8.248	351.944	261	360.612
Pagamento	(92)	(4.430)	(328.497)	(303)	(333.322)
Atualizações monetárias	(9)	465	(617)	35	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.938	47.193	651.272	3.339	705.742

Correlacionados às provisões, existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias exigidas judicialmente, atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Ferrovia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

Os depósitos judiciais estão assim representados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Processos tributários	27.332	22.605
Processos cíveis	10.308	11.648
Processos trabalhistas	423.190	481.079
Processos Ambientais	525	437
Total	461.355	515.769

A Companhia discute nas esferas administrativas e judiciais ações para as quais existe expectativa de perdas possíveis, e entende que para estas não cabe provisão, visto que existe um forte embasamento jurídico para o posicionamento da Companhia. Estes passivos contingentes estão assim representados:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Processos tributários	1.652.883	1.582.663
Processos cíveis	304.466	286.015
Processos trabalhistas	1.026.656	1.376.444
Processos ambientais	1.427	1.904
Total	2.985.432	3.247.026

8. Provisão para RFFSA

A provisão refere-se a discussões de investimentos realizados pela Ferrovia em discussão com a Rede Ferroviária Federal S.A. ("RFFSA"). A provisão é corrigida mensalmente pela taxa IGPM e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Ferrovia reconheceu R\$ 2.988.743 no passivo (R\$ 2.593.475 em 31 de dezembro de 2017).

9. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro no Brasil compreendem o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária e efetiva nos exercícios apresentados é de 34%.

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras "carve-out" está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	296.991	994.598
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(100.977)	(338.163)

10. Patrimônio líquido

a) Contribuição de Capital

A contribuição de capital é de R\$ 4.511.543 formada pelos valores utilizados pela Vale necessários para o início das operações da Ferrovia, entre eles recursos financeiros e aquisição de ativo imobilizados e intangíveis.

b) Resultados Acumulados

Os resultados acumulados são de R\$ 2.369.244 formados pelos lucros dos exercícios anteriores e serão distribuídos conforme as reservas previstas no Estatuto Social da Vale.

c) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto Social da Vale determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil, baseado em seu lucro líquido ajustado, resultando em um dividendo mínimo obrigatório de R\$ 46.553. Em dezembro de 2018 foi contabilizado como “Dividendos a pagar” no passivo circulante.

11. Receita de serviços, líquida

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Transporte próprio da Vale	2.153.573	2.486.582
Transporte de carga geral e de passageiros	59.219	249.879
Receita acessória de transporte	465.423	432.155
Abatimentos e cancelamentos	(1.972)	(2.018)
Impostos sobre receitas	(481.830)	(599.750)
Total	2.194.414	2.566.848

12. Custos dos produtos vendidos e serviços prestados, despesas com vendas e administrativas e outras despesas (receitas) operacionais, líquidas por natureza

a) Custos de produtos vendidos e serviços prestados

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Pessoal	(577.884)	(542.969)
Material e serviço	(533.857)	(399.533)
Óleo combustível e gases	(386.446)	(332.218)
Depreciação e exaustão	(376.579)	(381.131)
Outros	(68.158)	(158.263)
Total	(1.942.924)	(1.814.114)

b) Despesas com vendas e administrativas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Pessoal	(12.259)	(12.893)
Serviços	(4.501)	(3.684)
Depreciação e amortização	(2.801)	(4.605)
Outras	(3.232)	(1.842)
Total	(22.793)	(23.024)

c) Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Provisão para processos judiciais	(8.809)	(27.290)
Pesquisa e Desenvolvimento	(6.218)	(3.084)
Venda de Materiais	15.331	30.409
Outras	65.996	26.812
Total	66.300	26.847

13. Resultado financeiro

Os resultados financeiros ocorridos nos períodos, registrados por natureza e competência, são:

	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Despesas financeiras		
Juros	(146.018)	(161.060)
Variações monetárias e cambiais	(300.712)	(149.326)
	(446.730)	(310.386)
Receitas financeiras		
Juros	399.916	464.960
Variação monetária e cambial	48.808	83.467
	448.724	548.427
Resultado financeiro líquido	1.994	238.041

14. Compromissos

A Companhia celebrou com o governo brasileiro por intermédio do ministério dos transportes, contratos de concessão não onerosa para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga e arrendamento dos bens destinados à prestação desses serviços. Os registros contábeis das concessões estão classificados como ativo intangível, conforme nota 4. O prazo de concessão da ferrovia termina em junho de 2027 ou em caso de término do prazo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

15. Partes Relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras “Carve-out” podem ser identificados como segue:

	Ativo		Passivo		Receita de serviços Bruta	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Vale (i)	6.528.955	5.987.838			- 2.334.678	1.958.183
VLI	54.315	19.413	31.893		- 343.538	388.270
Outros	-	9.176			-	-
Total	6.583.270	6.016.427	31.893		2.678.216	2.346.453

(i) Referem-se aos recursos financeiros utilizados pela Ferrovia para financiar suas operações e investimentos. Os montantes representam saldo devedor de caixa e equivalente de caixa, remunerados ao final de cada mês com base nos contratos praticados pela Vale com as suas controladas e coligadas.

Dioni Barboza Brasil

Gerente de Demonstrações Financeiras

TC-CRC-RJ 083305/O-8